

SOCIAL WATCH: ESPAÇO ALTERNATIVO PARA A COMUNICAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

Maximiliano Martin Vicente

Doutor em História social pela USP e Professor Adjunto do programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e comunicação – FAAC, UNESP, Campus de Bauru.
e-mail: maxvicente@faac.unesp.br.

Resumo

O presente texto tem por finalidade apresentar como o site alternativo Social Watch contribui para a construção da cidadania mundial ao publicar propostas de Organizações Não Governamentais (ONGs), identificadas com coletivos excluídos dos meios tradicionais de comunicação de massa. Para tanto se analisa a estrutura do site e se aprofunda o estudo de uma de suas publicações, o boletim de agosto, utilizando alguns dos componentes principais da análise do enquadramento e do conteúdo. A análise permite concluir que, de fato, o site se apresenta como uma possibilidade real para que a sociedade civil use seu espaço e cobre do poder público projetos e propostas destinados a incrementar a cidadania global.

Palavras-chave: cidadania global, meios alternativos, internet, comunicação alternativa

Abstract

The text aims to show how Social Watch alternative site contributes to the construction of world citizenship to publish proposals for non-governmental organizations (NGOs), identified with groups excluded from traditional means of mass communication. The structure of the site is analyzed and studied in depth one of its publications, the Bulletin of August 2014, using some resources from the methodology of the framing and content analysis. The analysis shows that, in fact, the site is presented as place where civil society can express themselves and collect public power projects and proposals to increase the global citizenship.

Keywords: global citizenship, alternative media, internet, alternative communication

Resumen

El texto pretende mostrar cómo el sitio alternativo Social Watch contribuye para la construcción de la ciudadanía mundial al publicar las propuestas de las organizaciones no gubernamentales (ONG), identificadas con colectivos excluidos de los medios tradicionales de comunicación de masas. Se analiza la estructura del sitio y se estudia en profundidad una de sus publicaciones, el boletín de agosto de 2014, utilizando algunos recursos de la metodología del encuadramiento y del análisis de contenido. El análisis muestra que, de hecho, el sitio se presenta como lugar donde la sociedad civil puede expresarse y cobrar del poder público proyectos y propuestas para incrementar la ciudadanía global.

Palabras clave: ciudadanía global, comunicación alternativa, medios alternativos, internet

1. Introdução

A ONU publicou, em fevereiro de 2014, o Informe 2014 sobre o Desenvolvimento Humano e Resiliência. Nele aparecem números que colocam em xeque os defensores do processo de globalização e levantam serias dúvidas sobre o crescimento econômico mundial dos últimos anos. Nunca houve tanta concentração de riqueza, tanta desigualdade e tantos conflitos envolvendo contingentes populacionais afetados pelos desdobramentos das guerras. Assim, o site Social Watch (<http://www.socialwatch.org/>) surge como um local apropriado para se debater e construir uma cidadania mundial- alternativa ao modelo atual- assentada em valores que coloquem o ser humano acima da economia e da produtividade. O presente texto analisa como o site Social Watch (SW) se torna um espaço apropriado para que a sociedade civil mostre suas lutas, seus projetos e construa um coletivo global identificado com as causas populares. Para tanto se analisa a estrutura do site e se aprofunda o estudo de uma de suas publicações, os boletins de agosto de 2014, utilizando alguns dos componentes principais da análise do enquadramento e do conteúdo. A análise permite concluir que, de fato, o site se proporciona uma possibilidade real para que a sociedade civil use seu espaço e cobre do poder público projetos e propostas destinados a incrementar a cidadania global.

2. Social Watch: espaço alternativo para a sociedade civil

A rede social SW nasceu, em 1955, concebida como um ponto de encontro para as Organizações Não Governamentais (ONGs) preocupadas com o desenvolvimento social, a discriminação de gênero, combate à pobreza e com a monitoramento das políticas no combater a desigualdade social. Possui, portanto, um claro comprometimento institucional mundial, expresso na defesa de ações voltadas para a justiça social. A defesa dos direitos dos trabalhadores, das mulheres, das questões ambientais e dos povos indígenas. Social Watch visa, justamente, ser um espaço crítico em relação aos governos nacionais na medida que avalia e denuncia o não cumprimento das metas definidas nessas reuniões e cúpulas mundiais das quais os países participam e se tornam signatários de suas decisões e compromissos finais. Enquanto entidade que representa a sociedade civil atua no sentido de verificar se os governos, a ONU e as instancias públicas estão erradicando a pobreza e combatendo as questões do gênero.

A estrutura do sitio onde a organização está hospedada é facilmente manipulável e seu conteúdo pode ser acessado, na sua maioria, em três idiomas; inglês, francês e espanhol. No canto superior direito se encontram os informes nacionais dos países membros da Associação. Uma barra de ferramentas localizada embaixo dos informes nacionais facilita o acesso ao conteúdo que pode ser consultado de forma rápida, com poucos toques. Divididos em sete tópicos (Inicio, Sobre, Publicações, Noticias, Acompanhamento dos Compromissos, SW no Mundo e Estatísticas) a informação, mantida desde o primeiro número, fica disponibilizada para consultas dos usuários. A subscrição ao boletim da entidade se realiza, apenas, informando o e-mail. Na parte inferior da direita se localiza, o acesso as Publicações, Noticias, Acompanhamento dos Compromissos. Aliás, as notícias, algumas com ilustrações, aparecem no centro da página sempre fazendo referências aos temas considerados prioritários pela entidade.

3. A Internet como espaço de comunicação alternativa

De todas essas mudanças provenientes das tecnologias de comunicação a Internet é, sem dúvida, a ferramenta mais revolucionária. Como sustenta Castells (2003) a grande transformação liderada pela Web consiste na possibilidade de se reverter todos os processos comunicacionais: agora o receptor é emissor e as possibilidades de questionamento e de oferecer novas interpretações e visões se incrementam de forma significativa.

Apesar de podermos considerar como verdadeiro que, no âmbito comunicacional, o desenvolvimento tecnológico possibilitou (e possibilita) uma crescente “oferta” de informação, nem sempre

essa “oferta” quantitativa implica na melhoria da comunicação. Como observa Wolton (2006) a comunicação é um processo mais complexo do que a informação, não é somente transmissão, implica a relação emissor-mensagem-receptor num processo de apreensão que envolve riscos e conflitos. Na mesma trilha Mattelart e Mattelart (2004) defendem a ideia de que a tecnologia como força propulsora e promotora de igualdade, liberdade e solidariedade, é composta de armadilhas, pois na legitimação da ‘sociedade da informação’ enquanto novo paradigma dominante, estaria mascarada a ausência de um projeto social de caráter igualitário.

O que parece claro é que a internet permite que nela operem grupos geradores e difusores de informação. Tanto se pode encontrar coletivos favoráveis como desfavoráveis sobre qualquer tema apresentado para debate. Especificamente nos interessa a informação alternativa que se encontra na Web. Fundamentados nas colocações de Moraes (2007) por comunicação alternativa entendemos a prática de uma comunicação crítica em relação ao sistema vigente e que coloca em destaque acontecimentos em perspectivas diferentes dos meios massivos. Seria uma manifestação contra hegemônica, de resistência e que se revela como uma forma de atuação a fim de expor conteúdos “deixados de lado” ou “esquecidos” pelos grandes meios midiáticos. Desta forma, assuntos ignorados pelos meios massivos ganham espaço nos veículos alternativos. Logicamente se colocam na contramão da informação oferecida pelos meios convencionais e adotam posicionamentos demarcados por outras lógicas como favorecimento da cidadania e da manutenção e conquista de direitos. Como lembra Scherer -Warren (1998) nesse âmbito é possível a formação de redes que se identificam na forma em que atuam e nos valores que defendem facilitando o intercâmbio de ideias e experiências capazes de fortalecer suas ações, via de regra, contrárias ao status quo. Nessa linha se enquadra SW, coletivo de organizações identificadas com as características já apontadas anteriormente.

4. Análise dos boletins de agosto de 2014 de Social Watch

No total foram publicados, em agosto de 2014, cinco boletins com periodicidade semanal. No total foram quinze notícias publicadas, numa média de três por boletim. (<http://www.socialwatch.org/es/taxonomy/term/461>). Para realizar um estudo quantitativo e qualitativo das mesmas nos inspiramos num método que congrega elementos da teoria do enquadramento e da análise do conteúdo.

Em função do espaço não exploraremos esses dois métodos e sim apresentaremos a definição de cada um deles. Entman (1994, p. 52), um dos autores mais citados na hora de conceituar enquadramento, o define da seguinte maneira:

“[...] enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes num texto comunicativo de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento.”

Já a análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin (2009, p.42), uma das explicadoras desse método seria um:

“Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Uma leitura inicial dos boletins mostra os seguintes dados: das quinze matérias publicadas todas têm como fonte as ONGs filiadas a SW e, apenas 3, foram veiculadas nos meios de comunicação

massivos. Diante desse quadro é possível definir algumas categorias para avaliar, mais analiticamente, o conteúdo publicado nos boletins. Estabelecemos três categorias: *cidadania* (conceitos e processos que visam fundamentar uma democracia mais vital, participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum), *pobreza e exclusão social* (práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades na luta pela qualidade de vida), *políticas institucionais* (visão crítica de resoluções e medidas de caráter geral criadas por instituições representativas). Salientamos que essas categorias, em algumas ocasiões, se entrecruzam mas como a intenção é ver como elas refletem e seguem uma lógica identificada com as questões sociais de SW, não vemos que esse fator possa prejudicar a análise.

Cidadania

As notícias relacionadas com a cidadania trazem como protagonistas setores minoritários pronunciando-se contra todo procedimento que não leve em consideração a coletividade e o respeito pelo direito das minorias. Um exemplo dessa práxis se encontra no Boletim de 22 de agosto de 2014, e que tem como tema a participação das mulheres hondurenhas diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Não encontramos na mídia convencional referência sobre essa intervenção.

A participação é de coletivos hondurenhos (Foro de Mulheres pela Vida, CLADEM, Centro de Estudos da Mulher Honduras CEM-H, a Rede Nacional das Defensoras, Centro de Direitos de Mulheres CDM e de Sócias pelos Justo JASS) que têm por preocupação a situação da mulher naquele país. As pautas levantadas envolvem desde questões pontuais como: o aumento do femicídio; impunidade aos agressores das mulheres; o fracasso das políticas de segurança e a pretensão de controlar o corpo das mulheres negando-lhes o direito de decidir sobre sua reprodução e sexualidade. Debatem, também, a não distribuição de anticoncepcionais, fator inibidor da liberdade sexual pregada pelas Organizações presentes no encontro.

A notícia valoriza a proposta do coletivo destacando pontos importantes do interesse das mulheres como: mudar enfoque da política de segurança hondurenha; punição severa aos agressores das mulheres além de, solicitar que o Estado revogue a lei que impede a distribuição de anticoncepcionais as mulheres e que respeite os direitos dos tratados internacionais sobre as mulheres.

O contraditório também se inclui na matéria veiculada no site de SW. Os representantes oficiais citaram os projetos enviados ao Congresso Nacional e que atenderiam, em parte, as demandas das associações das feministas. Entretanto, os temas considerados vitais pelos coletivos feministas nem sequer foram mencionados por esses funcionários do poder público.

Pobreza e exclusão social

Esta categoria é, de longe, a mais citada em diversas notícias de SW, fato bastante previsível, uma vez que SW privilegia a participação de organizações que trabalhem com grupos e entidades voltadas para o combate à pobreza e desigualdade. No boletim do dia 29 de agosto um assunto tratado diz respeito ao posicionamento do Congcoop (Coletivo de ONGs e Cooperativas) guatemalteco no IV Congresso Nacional, dos Povos e das Organizações para tomar partido diante dos graves problemas estruturais que o país enfrentava.

No pronunciamento realizado se encontram as bases filosóficas de atuação para alcançar o Bem-estar e que se resumem na inclusão da participação popular (povos indígenas, mulheres, camponeses e organizações sociais) no planejamento público para garantir a equidade, a preocupação ambiental, o respeito à coletividade e a divisão igualitária das riquezas obtidas dentro desses parâmetros. Sua demanda, portanto, vai além de denunciar a pobreza e se direciona para a participação popular efetiva na definição de políticas públicas.

No boletim do dia 15 de agosto ao se debruçar sobre os países árabes social Watch abre espaço para recolher o informe das organizações da sociedade civil para estabelecer uma sociedade, no mundo árabe, menos injusta social e economicamente falando. Os procedimentos seguidos na matéria pouco diferem da anterior. Se faz um apelo veemente para que, no pós-2015, toda a sociedade possa participar na elaboração das políticas públicas que beneficiem a toda a sociedade. Para isso, conclama o respeito à tradição árabe, na qual inclui, o elemento religioso. Ou seja, a inclusão social e o combate à pobreza não podem ir muito distantes do respeito dos costumes e tradições locais.

Políticas institucionais

Se a pobreza a exclusão social é a categoria mais citada as políticas institucionais se encontram em todas as notícias publicadas. Vale a pena lembrar que SW tem por finalidade questionar as políticas públicas no combate à miséria e a exclusão social. De todas as publicações relacionadas com o assunto escolhemos as que dizem respeito aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do pós-2015 que irão substituir os Objetivos do Milênio (ODM) estabelecidos em 2000.

Para SW a grande diferença entre os ODS e os ODM é que estes se referem quase exclusivamente a metas que os países pobres devem atingir, enquanto os ODS incluem várias metas importantes para os países ricos e de rendimentos médios, como ser a redução à metade em 2030 da pobreza medida segundo padrões nacionais e garantir saúde pública para toda a população.

SW critica os países que se opuseram a consolidação dos ODS e que pode ser considerado já um prenúncio da não implementação por todos os países. No boletim de 1 de agosto essa questão aparece claramente. Ao incluir como meta o respeito dos “direitos humanos sexuais e reprodutivos” das mulheres, países como Nigéria, Irã, Uganda, Honduras e alguns outros, apoiados pelo Vaticano e os fundamentalistas islâmicos e evangélicos já evidenciaram que não irão realizar grandes esforços para que se alcance tal meta. O outro ponto polêmico foi a menção, no parágrafo 15 do preâmbulo, à “plena realização do direito à livre determinação dos povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira”. Israel, Estados Unidos, Europa e seus aliados viram nele um exagero, portanto, emerge com meta de difícil aceitação por esses países.

Uma outra forma de SW atuar é apelar para a comunidade internacional para evitar os massacres em lugares determinados e denunciados por seus associados. No boletim de 15 de agosto aparece uma situação ilustrativa desse procedimento. O caso envolve a Faixa de Gaza na qual as ONGs palestinas queriam que fosse declarada zona internacional de desastre humano e assim acelerar o fluxo de assistência humanitária, para evacuar aos feridos e para garantir proteção aos civis. Para conseguir tal feito Social Watch apela para a sociedade civil no sentido de pressionar seus governos e a comunidade internacional para pôr um fim a tal desastre. Só para verificar o resultado, a matéria apresentada anteriormente relacionada com a Congcoop de Guatemala, publicado em 29 de agosto, denunciou a situação calamitosa em que se encontrava o povo palestino.

5. A modo de conclusão

As notícias apresentadas corroboram a ideia de que Social Watch pode ser considerado um site alternativo por hospedar organizações e entidades que agem à margem do poder instituído e que tem como finalidade principal acompanhar e cobrar do poder público projetos destinados a fortalecer as demandas dos setores excluídos e marginalizados na sociedade.

Social Watch explora ao máximo a possibilidade da Internet e cria uma rede global de entidades que se alimentam com as experiências, projetos e conteúdos de outras de outras entidades criando assim uma relação de horizontalidade no intercâmbio de experiências além de propor mudanças estruturais na e da sociedade atual. De certa forma se assemelha ao que Downing (2002, p. 21) qualificou da mídia radical ao defender uma política alternativa e contra hegemônica do poder estabelecido.

Privilegia as ações que promovem a cidadania ativa por atuar cobrando do poder público ações que promovam a justiça e equilíbrio social.

As notícias e os conteúdos publicados se baseiam numa atitude crítica para com a realidade ao mesmo tempo que se tornam nos canais de expressão dos grupos marginais e excluídos do sistema, bem como comportam materiais com sentido social que não encontram espaço não agendados meios tradicionais. Basta lembrar que das quinze notícias apenas três foram cobertas pelos meios de comunicação massivos. Dessa maneira o que sobressai nas notícias publicadas visam oferecer uma ótica diferente pois pretendem criar uma nova ordem mundial mais justa e humana baseada no respeito à diversidade e na inclusão de pautas relacionadas com o meio ambiente, a ecologia, direitos humanos, minorias e questão do gênero.

Evidentemente, alguns pontos mereceriam uma reflexão mais apurada como, por exemplo, quais os critérios para publicar determinados assuntos nos boletins? Qual a repercussão do site nos governos locais? O que se pode afirmar, por enquanto, é que WS mostra originalidade e ambição podendo ser considerada uma entidade a serviço dos excluídos e da transformação social.



Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CASTELLS, Manuel. *Internet e sociedade em rede*. In: MORAES, Dênis (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DOWNING, John. *Mídia Radical; rebeldia nas comunicações em movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.

ENTAN, Robert. "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm," In: M. Levy; M. Gurevitch, eds., *Defining Media Studies*. New York: Oxford University Press, p. 293-300, 1994.

GOMES, Wilson. "Internet e participação política em sociedades democráticas". *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, ago. 2005, p. 58-78.

MATTELART, Armand. MATTELART, Michèle. *Pensar as mídias*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MORAES, Dênis. *Imaginário social, cultura y construcción de la soberanía*. IN: *Contratiempo – Revista de Pensamiento y Cultura*. Buenos Aires: número 2, 1º semestre de 2007.

SCHERER – WARREN, Ilse. *Movimento em cena ... e as teorias como andam?* IN: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: número 9. 1998.

WOLTON, Dominique. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.